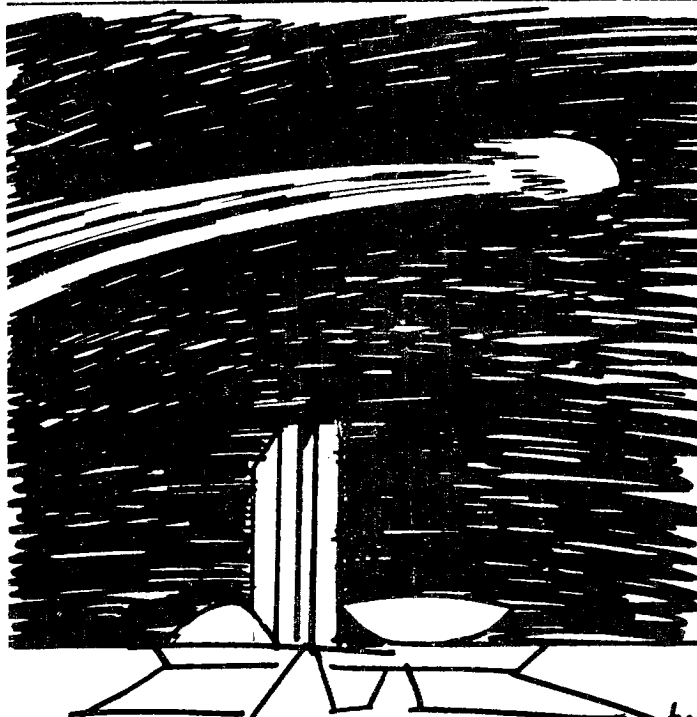


Pelo regime, pelo Legislativo

13 AGO 1985

CORREIO BRAZILIENSE
JOSEMAR DANTAS



Embora ainda flamejem as brasas cobertas pelas cinzas da transição democrática, e já um estranho vento começa a reavivá-las. Os núcleos inconformados da antiga resistência antidemocrática animam-se com as denúncias sobre a presença de extremistas de esquerda em postos-chaves do Governo. E como se essa participação não resultasse de um acordo nacional em torno da restauração da legalidade republicana, mas a capitulação do poder às doutrinas e ao controle das forças marxistas. Pouco adianta argumentar que os partidos de esquerda, recentemente legalizados, juraram, em seus programas, obediência aos princípios da pluralidade partidária, de respeito ao manifesto eleitoral das maiorias e de renúncia ao emprego da violência.

Esse juramento significa a aceitação da democracia partidária e abdicação, em consequência, da ditadura do proletariado, assim também da luta armada para a conquista do poder. Com essa postura doutrinária, os partidos de esquerda suprimiram as exigências ideológicas sancionadas na legislação política, sob as penas da extinção ali previstas. Seria grave degradação do regime de franquias democráticas se essas organizações, agora formalmente reconciliadas com os fundamentos da democracia representativa, fossem impedidas de funcionar.

As forças chamadas a atuar na campanha civilista pela restauração do regime democrático estavam cientes do peso representado pelas esquerdas na composição política que viria revelar-se vitoriosa na extinção do autoritarismo. Nada mais ajustado à compulsão dos desdobramentos políticos que sua admissão em alguns postos da nova administração do País. E se há exagero na proporcionalidade dessa participação, pelo menos não se tem conhecimento de um só ministro de Estado

ou de dirigente de empresa estatal ligada ao processo logístico do desenvolvimento recrutado das antigas legendas clandestinas.

Mas o temor revelado por algumas cabeças pedagogicamente trabalhadas para expelir vulcânicas apreensões em relação aos comunistas serve para exumar reações históricas contra as formas de provisionamento democrático do regime. Serve, em última palavra, aos inimigos da democracia e aos oportunistas que fazem do anti-comunismo uma, até há pouco, rendosa profissão.

No mesmo quadro de deservício à consolidação do regime democrático insere-se a atual campanha contra o Congresso Nacional. Por motivos, no mínimo discutíveis, rumina-se imprecisões violentas contra o de-

sempenho dos trabalhos legislativos, com o arrolamento, nessa onda de descrédito, de privilégios (supostamente) abomináveis concedidos aos portadores de mandato parlamentar. Há aqui revelada uma vocação indesejável para o martírio institucional, uma vez que a existência e o funcionamento do regime democrático seriam impraticáveis em presença de um Poder Legislativo letárgico, inócuo e alheio às aspirações populares.

Tão logo se constatou a escassa presença de parlamentares no plenário das duas Casas legislativas, sem corte de jatos para os faltosos, ergueu-se a atual maré de acusações contra a instituição. A precipitação dos ataques não só é exagerada, por atingir como um todo o Poder Legislativo, mas também des-

denha da circunstância dirimemente de viver o Brasil o estágio prévio de uma eleição nacional a 15 de novembro, quando serão escolhidos os prefeitos de todas as capitais. Como todo órgão de representação nacional, há no Congresso bons e maus mandatários da soberania popular, como um reflexo do próprio perfil da sociedade política. E, por isso, meter de cambulhada a instituição em um comprometimento generalizado confunde a opinião pública, sempre mais exigente quando se trata de aferir a dedicação do Legislativo — um poder institucionalmente exposto à mais severa fiscalização popular.

E também causam apreensões as sortidas contra o Legislativo nas circunstâncias especiais da hora presente. E isto porque as ausências em plenário, tidas acodadamente como desleixo parlamentar, em grande parte se justificam pela participação de senadores e deputados na campanha eleitoral para o pleito de novembro. Ora, constituiria completa falta de informação sobre o caráter abrangente da atividade político-legislativa esperar que os membros do Poder Legislativo se ausentassem da campanha eleitoral, deixando aos adversários partidários a ocupação dos espaços políticos nos maiores colégios eleitorais do País — as capitais. Portanto, ver miasmas comunistas à plena luz do sol do meio-dia e opor ao Congresso as reações de uma crítica furibunda e desinformada, seguramente é corroer as instituições democráticas — de boa ou de má fé. Quanto, especificamente, ao Poder Legislativo, cujo funcionamento é a condição primeira do regime democrático, os que lhe movem acusações devem meditar sobre o fato significativo de que custa ele apenas meio por cento do Orçamento da União — despesa bem menor do que a do Serviço Nacional de Informações.